

1 **ATA DA XVII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS**
2 **HÍDRICOS - CNRH**

3 **Abertura** - Às dez horas e quinze minutos do dia trinta de janeiro de 2006, no Auditório 1 do IBAMA
4 Sede – Brasília/DF, instalou-se a XVII Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos
5 Hídricos – CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), Secretário Executivo do CNRH, iniciou os
6 trabalhos desejando um bom dia e externando sua satisfação em receber a todos. A seguir, convidou a
7 Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CNRH, o Sr. José Machado,
8 Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, e o Sr. Marcus Luiz Barroso Barros,
9 Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para
10 compor a mesa. A Ministra Marina Silva, em seu pronunciamento, cumprimentou os presentes e
11 prosseguiu falando da satisfação em estar nesta reunião num momento importante da discussão e
12 aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Disse que aconvicção sobre a necessidade do País
13 assumir uma responsabilidade maior em relação ao uso racional e planejado de suas águas, presente desde
14 o primeiro momento em que assumira a condução do Ministério do Meio Ambiente, seria a mesma que
15 orientara as ações práticas até este momento. Disse que uma variedade de estudos, procedimentos
16 técnicos e administrativos, articulações institucionais, iniciativas políticas e sociais, teriam exposto a
17 espessura e a substancialidade dessas ações práticas que resultaram na construção do Plano Nacional de
18 Recursos Hídricos - PNRH. mencionou a realização de encontros públicos, os quais teriam envolvido
19 todos os segmentos da sociedade, sendo especiais nesta trajetória ímpar na história da política das águas
20 do Brasil e significando o coroamento de um trabalho coletivo honrosamente edificado com o esforço de
21 todos que se encontravam nesta Reunião e de muitos outros cidadãos brasileiros. Ressaltou que, longe de
22 ser um mero apanhado teórico ou um exercício vicioso de retórica vazia, o PNRH fora elaborado e
23 construído com lastro social, a partir do entrelaçamento das mais variadas contribuições que teriam
24 resultado da força viva e pulsante da sociedade brasileira, múltipla, plural e diversa. Prosseguiu dizendo
25 que, ao estabelecer um diagnóstico geral da situação das águas do Brasil, com análise do balanço hídrico,
26 avaliação da disponibilidade qualitativa e quantitativa, a explicitação dos conflitos de usos e, sobretudo,
27 apontando os meios mais adequados e eficazes de gerenciamento e as alianças necessárias, os cenários
28 prováveis e as estratégias de ação, o Plano das Águas brasileiro estaria proporcionando uma consistente
29 elevação do nível de formulação e de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e
30 influenciando, decisivamente, no fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
31 - SINGREH. Como exemplo disso, citou a criação das 12 Comissões Executivas Regionais, uma para
32 cada Região Hidrográfica Brasileira. Aproveitou para indicar a Divisão Hidrográfica Nacional como um
33 dos avanços efetivados neste processo de elaboração do Plano, por meio da Resolução CNRH nº 32.
34 Destacou a constituição das Comissões Executivas Regionais, integradas por representantes do Governo
35 Federal, dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dos usuários e da sociedade
36 civil organizada, que procurou fortalecer as instâncias descentralizadas de gestão das águas. Essas
37 Comissões, disse, compostas de forma equânime por um total de 200 representantes dos diferentes setores
38 sociais, foram capazes de produzir um trabalho de alto nível, juntamente com a equipe técnica da
39 Secretaria de Recursos Hídricos e com os consultores técnicos contratados para cada uma das 12 regiões
40 hidrográficas. Ressaltou a mobilização inicial dos entes do SINGREH para a efetivação do planejamento
41 da gestão das águas do país, fazendo com que o CNRH instituisse, em 1999, a Câmara Técnica do Plano
42 Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH. No entanto, prosseguiu dizendo, a decisão fundamental para a
43 deflagração de todo este processo fora o estabelecimento da competência da SRH/MMA, por meio do
44 Decreto Presidencial nº 4.755, de 20 de junho de 2003, para coordenar a construção do Plano Nacional de
45 Recursos Hídricos, com o apoio da ANA. Disse que, frente às evolutivas exigências do tempo histórico e
46 mesmo com uma nomenclatura ainda limitada, focada especialmente na sua dimensão econômica, seria a
47 compreensão da multidimensionalidade da água e a real importância conjunta de seus aspectos
48 ecológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e simbólicos, o que de fato estaria movendo,
49 atualmente, a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Plano Nacional, um dos seus principais
50 instrumentos de implementação. mencionou que o reconhecimento das várias dimensões do elemento
51 água, presente nas ações do Ministério do Meio Ambiente, também refletiria um entendimento mais
52 amplo da sociedade brasileira, sinalizando para a emergência de uma nova cultura da água. Enfatizou que
53 o processo de elaboração do PNRH trazia as características dos procedimentos democráticos: gradativos,
54 processuais e evolutivos, respeitando as leis, as convenções vigentes e as regras do jogo democrático, até
55 mesmo para modificá-las numa perspectiva de médio e longo prazos. Disse que o exercício de olhar com
56 inteireza, de pautar as ações localizadas a partir de uma percepção global e planetária, estimularia uma
57 responsabilidade maior e um cuidado mais profundo com a água enquanto fonte da vida e como elemento
58 estruturante para a implementação de políticas setoriais comprometidas com o desenvolvimento
59 sustentável e com a inclusão social, como pretendia o PNRH. afirmou que a etapa de construção deste

planejamento estratégico para o País, agora em consolidação, fora sustentada por uma metodologia que estabeleceu como pilares básicos a elaboração de densa base técnica para orientação e suporte às decisões e a ampliação da participação social, uma das diretrizes fundamentais de atuação do MMA. Prosseguiu explicando que a metodologia de construção do PNRH, elaborada pelo Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano - GTCE, formado por técnicos da SRH/MMA e da ANA, fora pactuado com a CTPNRH, elencara um conjunto de variáveis abordando aspectos fundamentais para uma gestão integral e sistêmica das águas, com o espacial, o ambiental, o político, o legal-institucional, o econômico, o demográfico, o sócio-cultural, o científico-tecnológico e outros. Esta metodologia, disse, por não se restringir à mera abordagem hidrológica, igualmente fundamental, estaria conferindo um ineditismo ao Plano brasileiro no contexto latino-americano. Indicou que, desde o início dos estudos até este momento da elaboração do Plano, cada avanço das pesquisas e dos documentos teriam sido apresentados à CTPNRH e posteriormente avaliados no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais CTIL, nos aspectos pertinentes. Ressaltou que o envolvimento de uma diversidade de atores sociais – dos estudiosos e especialistas aos povos indígenas e comunidades tradicionais, quilombolas, ciganos, pescadores, e muitos outros – também conferiu ao processo de elaboração do PNRH uma peculiaridade ímpar. Destacou a realização de uma série de debates públicos, reuniões de organismos colegiados, oficinas setoriais com as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais e, ainda, com os usuários da água, oficinas temáticas (gênero e água, ecorregiões aquáticas, captação e manejo de águas de chuva, aspectos políticos, sócio-culturais e a água), os Seminários nas 12 regiões hidrográficas brasileiras, os Encontros Públicos em todos os estados e no DF, as oficinas de cenarização, tudo isso, demonstrando a aderência deste processo dialógico e negociado de construção do PNRH, cujos resultados seriam aqui apresentados. Destacou o envolvimento de mais de sete mil pessoas nesse processo. Ressaltou, ainda, as Conferências Estaduais, do Distrito Federal e a Nacional, que abordaram o tema Água. Disse que os trabalhos desenvolvidos teriam estruturado diretrizes, metas e programas, se constituindo num conjunto de estudos fortemente alicerçado e com o lastro das inúmeras contribuições de vários segmentos de nossa sociedade, que estaria agora encaminhado para a apreciação e deliberação deste Plenário do CNRH. Ressaltou que, com a sua aprovação, a implementação do PNRH deverá ser monitorada por todas as pessoas e instituições que participaram de sua construção, inclusive com a agregação de novos atores, ampliando e enraizando o debate sobre as nossas águas. Agradeceu o esforço e a dedicação de todos que empregaram neste processo a sua competência técnica, a sua capacidade intelectual e a sua sensibilidade solidária. Afirmou que, com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Brasil estaria dando um passo importante rumo ao estabelecimento de um novo modelo sustentável de desenvolvimento, além do atendimento a deliberações da I e II Conferências Nacionais do Meio Ambiente, realizadas em 2003 e 2005, respectivamente. Disse que, em plena vigência da Década Brasileira e Internacional da Água (2005-2015), o estabelecimento do PNRH representaria o cumprimento de compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil, indo ao encontro das Metas do Milênio e da Cúpula Mundial de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), que estipulara o ano de 2005 para que os países finalizassem seus planos nacionais de recursos hídricos. Indicou que suas palavras seriam de agradecimento a todos aqueles que colaboraram para que o Brasil desempenhasse seus compromissos internacionais, em especial os acordos e compromissos com o povo brasileiro. Mencionou que a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos teria sido uma das ações que, de maneira mais eficiente, teria permitido o cruzamento das diretrizes de controle social, de desenvolvimento sustentável, e de fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e do SINGREH, bem como de uma política integrada de meio ambiente e os usos múltiplos da água. Mencionou a sua expectativa de que todo esse trabalho de elaboração do PNRH pudesse, com a sua aprovação, ser coroado com o detalhamento das ações previstas, dando seqüência ao que o País pensa e deseja sobre recursos hídricos. Lembrou que algumas das propostas contidas no PNRH já viriam sendo adotadas em ações já implementadas, como os programas PRODES, PróÁgua, dentre outros de saneamento básico, os quais precisavam ser fortalecidos. Concluiu parabenizando o Sr. João Bosco Senra, Secretário de Recursos Hídricos pelo esforço e liderança exercidos frente ao processo de elaboração do PNRH. Parabenizou também o Sr. José Machado, Diretor Presidente da ANA, pela colaboração e participação dos técnicos da ANA, estendendo-o às Câmaras Técnicas e Conselheiros do CNRH envolvidos no processo, assim como aos diferentes setores da sociedade civil organizada, dos usuários, da comunidade acadêmica, de consultores, enfim, todos aqueles que teriam contribuído para elaboração do PNRH, representativo de um processo negocial para o gerenciamento, a proteção e o uso sustentável dos recursos hídricos no País. Por fim declarou seu desejo que o debate pudesse ser profícuo no sentido de aprovar o PNRH, estendendo a todos os votos de uma boa reunião. O Sr. João Bosco Senra agradeceu a presença da Sra. Ministra Marina Silva e convidou o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da Secretaria Executiva do CNRH, para auxiliar nos trabalhos de condução da reunião e também compor a mesa, declarando,

então, aberta a sessão. Solicitou ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo que verificasse o quorum do plenário, que foi confirmado em número suficiente para o início dos trabalhos deliberativos. Após a leitura dos procedimentos regimentais para esta reunião, foram listados os novos Conselheiros que estariam tomando posse: o Ministério do Planejamento indicou o Sr. Mauro Cezar Nogueira do Nascimento como Conselheiro Titular; o Ministério da Defesa indicou o Sr. Marco Aurélio Guimarães como Conselheiro Titular e o Sr. Marcelo Carvalho Prates como Conselheiro Suplente; o Conselho de Recursos Hídricos do Estado de Goiás indicou o Sr. Aldo Silva Arantes como Conselheiro Titular. Terminada a leitura, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) declarou empossados os novos conselheiros, saudando-os e desejando-lhes boas vindas. A seguir, indagou se existiria alguma matéria de urgência ou a ser retirada de pauta. Não havendo, retornou então a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) para leitura da Ordem do Dia: Item 1 - Aprovação da Ata da XIV Reunião Ordinária do CNRH; Item 2 – Deliberação sobre propostas de Resolução que: 2.1 – Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba; 2.2 – Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) submeteu então ao Plenário a Ordem do Dia, a qual foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos, passou então ao **Item 1: Aprovação da Ata da XIV Reunião Ordinária do CNRH**. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, propôs modificações que foram incorporadas. Disse ainda que o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, o qual representaria nesse Plenário, muito teria contribuído para a elaboração do PNRH e que desejaria da mesma forma participar efetivamente da sua implementação. Não havendo mais manifestações, o Sr. João Bosco Senra colocou a aprovação da ata em votação, o que ocorreu com as modificações sugeridas. Em seguida passou ao **Item 21: Proposta de Resolução que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (Anexo 1)**. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) passou a palavra ao Conselheiro Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Diretor da ANA, para encaminhar a matéria. O Conselheiro cumprimentou a todos e passou a palavra ao Sr. Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Superintendente de Apoio a Comitês – ANA, para que proferisse apresentação **(Anexo 2)** relativa ao tema. O Sr. Rodrigo Flecha (ANA) apresentou informações básicas sobre a bacia hidrográfica do rio Paranaíba e um histórico do processo de instalação e do estágio atual da implementação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH Paranaíba. Destacou a articulação realizada pela ANA com os Estados inseridos na referida bacia hidrográfica para a elaboração de convênio e de um plano de gestão integrada dos recursos hídricos da bacia. Disse que os convênios de integração pretendidos representariam uma estratégia da ANA que, independente da dominialidade dos corpos de água, pretendia proporcionar uma gestão integrada dos recursos hídricos entre os estados. Citou como objetivos específicos do convênio de integração: I - atuação articulada ANA/Estados/Comitês de Bacia, com harmonização de procedimentos, normas e critérios relativos aos instrumentos de gestão; II - instalação efetiva do CBH-Paranaíba; III - regularização de usos da água na bacia, incluindo cadastro de usuários, revisão e expedição de outorga e estabelecimento de marco regulatório; IV - articulação entre os procedimentos de outorga e de licenciamento ambiental; V - organização, implantação e gestão integrada dos sistemas de informação e monitoramento; VI - articulação para a implementação dos demais instrumentos e ações para a gestão dos recursos hídricos. Em seguida, apresentou os encaminhamentos que teriam sido contemplados em acordo com os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal: I - celebrar o Convênio de Integração; II - realização de Oficina para revisão do Programa de Mobilização para instalação do CBH-Paranaíba; III - detalhamento do Plano de Trabalho para um período de cinco anos, inclusive com a previsão de mecanismos de sustentabilidade para o funcionamento do comitê de bacia. Portanto, considerando o exposto, o Sr. Rodrigo Flecha (ANA), na condição de Secretário Executivo interino do CBH Paranaíba, encaminhou a solicitação de prorrogação do prazo de instalação do Comitê até 31 de dezembro de 2007. Terminada a apresentação, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) encaminhou para a discussão da matéria. Não havendo manifestações, submeteu a proposta de Resolução à deliberação do Plenário, ocorrendo a sua aprovação. A seguir, convidou o Conselheiro Francisco de Assis Souza Filho, Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, para encaminhamento do **Item 2.2 - Proposta de Resolução que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos (Anexo 3)**. O Conselheiro Francisco de Assis (Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa) desejou bom dia a todos e informou que iria apresentar o Parecer Técnico sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, aprovado na 41ª Reunião da CTPNRH (**Anexo 4**). Disse que o Parecer apresentava os seguintes tópicos: I – Introdução; II - Histórico da Elaboração do PNRH; III - Conteúdo do PNRH; IV - Conteúdo do Plano e a Lei nº 9.433; V – Recomendações. Apresentou uma retrospectiva do processo de construção do PNRH, destacando as responsabilidades institucionais, a visão de plano: do planejamento racional clássico ao planejamento político, e a importância da base técnica. Em seguida, citou as vertentes do PNRH: vertente nacional, na qual foram organizados os temas e as questões estratégicas, de abrangência nacional, voltados para efetivar a gestão integrada dos recursos hídricos; e a

178 vertente regional, onde teriam sido verificadas as questões de caráter estritamente regionais ou locais, as
179 quais integram o estabelecimento da Visão Regional dos Recursos Hídricos nas 12 Regiões Hidrográficas
180 Brasileiras, questões estas que têm suas implicações inter-regionais, macroregionais e nacionais,
181 sistematizadas com vistas à incorporação do PNRH. Prosseguindo, o Sr. Francisco de Assis
182 (Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa) destacou as dimensões da participação pública e da
183 produção de documentos técnicos (instrumentais e finais) do PNRH. Lembrou que o PNRH teria o
184 objetivo geral de “estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas,
185 voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e
186 considerando ser a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a
187 ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social”. Descreveu então o conteúdo (volumes) do
188 PNRH: I - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; II - Águas para o Futuro: Uma Visão para
189 2020; III - Diretrizes; IV - Programas Nacionais e Metas. Ressaltou que a CTPNRH teria considerado que
190 os volumes apresentados para o PNRH contemplariam o conteúdo previsto pela Lei nº 9.433, de 1997, no
191 que tange os planos de recursos hídricos. Portanto, afirmou o Sr. Francisco de Assis (Organizações
192 Técnicas e de Ensino e Pesquisa), a CTPNRH avaliara que o documento de proposição do PNRH
193 apresentava condições satisfatórias e o encaminhara, junto com o Parecer Técnico favorável e uma
194 proposta de Resolução de aprovação do PNRH, para análise, nos aspectos pertinentes, da Câmara Técnica
195 de Assuntos Legais e Institucionais, solicitando posterior envio ao plenário do CNRH, para
196 enriquecimento do debate e deliberação superior. Encerrada a apresentação, o Sr. João Bosco Senra
197 (SRH/MMA) cumprimentou o Sr. Francisco de Assis (Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa) e
198 ressaltou a importância do trabalho do mesmo como Presidente da CTPNRH, classificando-o como
199 essencial para o desenvolvimento do processo de elaboração do PNRH. Lembrou, ainda, dos Srs. José
200 Leomax dos Santos e Oscar de Moraes Cordeiro Netto, ambos ex-presidentes da CTPNRH, e demais
201 membros da referida Câmara Técnica, os quais inquestionavelmente muito teriam colaborado para a
202 consecução do PNRH. Em seguida, propôs o seguinte encaminhamento para a discussão da matéria: o
203 Plenário votaria o PNRH e posteriormente discutiria os destaques apresentados pelos conselheiros, na
204 seguinte ordem: de redação, substitutivos, aditivos e supressivos, votando, por fim, o texto da proposta de
205 Resolução. O Sr. Nelson Pereira dos Reis (Indústria) questionou se as propostas apresentadas teriam sido
206 analisadas no âmbito da CTPNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) informou que as sugestões
207 foram encaminhadas diretamente ao plenário do CNRH, mas que as sugestões encaminhadas para a
208 CTPNRH já teriam sido discutidas e incorporadas aos documentos do PNRH. O Sr. Nelson Pereira dos
209 Reis (Indústria) sugeriu que as propostas de sugestões fossem encaminhadas à CTPNRH para análise, e
210 posteriormente apresentadas ao CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) explicou que as propostas
211 apresentadas referiam-se a sugestões dos respectivos Conselheiros presentes, cujo debate deveria ocorrer
212 nesta reunião plenária, como habitualmente. Em seguida, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) colocou o
213 encaminhamento proposto em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Com isso, colocou a
214 aprovação dos quatro volumes do PNRH (I - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; II -
215 Águas para o Futuro: Cenários para 2020; III - Diretrizes; IV - Programas Nacionais e Metas) em
216 votação, ressaltados os destaques apresentados. O Plano Nacional de Recursos Hídricos foi então
217 aprovado por unanimidade. Passou então à discussão dos destaques, informando que existiam propostas
218 apresentadas pelos Conselheiros Fabio Ahnert (CERH-ES), Luiz Eduardo Garcia (Min. dos Transportes),
219 Oscar Cordeiro (ANA), Francisco de Assis Souza Filho (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa),
220 Ninon Machado (ONGs), Flavio Antônio Neiva (Concessionárias e autorizadas de geração de energia
221 hidrelétrica), Mara Flora Lottici Hrahl (Min. do Turismo), Eduardo de Freitas Madeira (Min. de Minas e
222 Energia), Marcelo Barbosa Sampaio (Sec. Especial de Aquicultura e Pesca), Nelson Pereira dos Reis
223 (Indústria) e Luiz Eduardo Cheida (CERH-PR). No total foram apresentados 59 proposições ao PNRH,
224 sendo 1 de redação, 14 substitutivas, 37 aditivas e 7 supressivas (**Anexo 5**). O processo de discussão de
225 cada emenda ocorreu da seguinte forma: leitura das propostas e, quando necessário, defesa pelo seu
226 respectivo proponente; logo após a leitura da emenda e de suas possíveis alterações, o Sr. João Bosco
227 Senra (SRH/MMA) colocava a matéria em votação, declarando assim a emenda rejeitada ou aprovada,
228 com ou sem modificações. Nesse processo, ressalta-se a seguir todas as discussões de emendas que
229 resultaram em desdobramentos. As emendas: nº 2 e 3, do Sr. Eduardo Madeira (Min. Minas e Energia), e
230 nº 17, do Sr. Luiz Eduardo Garcia (Min. dos Transportes) que tratavam da mesma matéria no Volume I
231 do PNRH. Para esse caso, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) sugeriu que os conselheiros encontrassem
232 uma proposta de consenso para as duas proposições. Os respectivos Conselheiros concordaram e, durante
233 o intervalo para almoço, elaboraram uma proposta conjunta, a qual foi apresentada no reinício dos
234 trabalhos na parte da tarde, sendo aprovada pelo Plenário. Destaca-se também a proposta nº 47,
235 apresentada pelo Sr. Marcelo Barbosa Sampaio (Sec. Especial de Aquicultura e Pesca), contendo emenda
236 aditiva ao Volume I do PNRH, ressaltando as potencialidades da aquicultura no Brasil. A Sra. Ninon

237 Machado (ONGs) disse que considerava importante ações que promovessem a geração de emprego e
238 renda, mas alertou sobre a possibilidade da aquíicultura, principalmente no nordeste do país, se tornasse
239 uma atividade excludente, que não promovesse geração de empregos, causando concentração de renda
240 (grandes produtores), e ainda, a poluição dos rios. De sua parte, o Sr. Marcelo Barbosa Sampaio (Sec.
241 Especial de Aquicultura e Pesca) apresentou argumentos contrários às considerações da Sra. Ninon
242 Machado (ONGs). Em seguida foram feitos ajustes e modificações na referida proposta, para atendimento
243 aos questionamentos apresentados. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra submeteu a proposta de
244 emenda à deliberação do Plenário, com a aprovação dos seus membros, com as alterações solicitadas. As
245 emendas de nº 60 e 63 apresentadas pela Sra. Ninon Machado (ONGs) foram aprovadas pelo Plenário do
246 CNRH, mas com a ressalva, sugerida pelo Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), de que fossem analisadas
247 pela Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente (CONJUR/MMA). A Sra. Ninon Machado
248 (ONGs) salientou a necessidade de uma análise da CONJUR/MMA em todas as emendas propostas, bem
249 como uma revisão editorial, gramatical, e de consistência dos textos. Concluída a votação das propostas
250 de emendas, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) determinou que elas fossem registradas como anexo da
251 presente ata (**Anexo 6**), sendo encaminhadas à Secretaria de Recursos Hídricos para as devidas
252 providências. Em seguida, deu início à discussão do texto da proposta de Resolução de aprovação do
253 Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Min. da Justiça) lembrou a
254 aprovação da emenda de nº 19, modificando o nome do Volume II – Águas para o futuro: uma visão para
255 2020 para Águas para o Futuro: Cenários para 2020, indicando a necessária adaptação do texto da
256 proposta. O Sr. Oscar Cordeiro (ANA) sugeriu substituir no art. 2º “...deverá elaborar anualmente
257 relatório denominado...” por “...deverá elaborar anualmente, bem como dar publicidade, a relatório
258 denominado...”. A Sra. Ninon Machado (ONGs) sugeriu incluir “...com fundamento na Lei da Política
259 Nacional de Recursos Hídricos...” ao final do art. 5º. Não havendo mais manifestações, o Sr. João Bosco
260 Senra (SRH/MMA) submeteu a proposta de Resolução à deliberação do Plenário, com os destaques
261 apresentados, ocorrendo a sua aprovação. Enfim, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) considerou
262 aprovada a proposta de Resolução (**Anexo 7**) e o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Passando aos
263 **Informes**, lembrou que no próximo dia 1º de fevereiro aconteceria a reunião de instalação da Câmara
264 Técnica de Integração das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras. Informou
265 ainda que existiam vagas para participação em duas Câmaras Técnicas do CNRH: a de Ciência e
266 Tecnologia, com duas vagas, e de Análise de Projeto, com uma vaga. Disse que os Conselheiros
267 interessados deveriam se manifestar junto à Secretaria Executiva, para os devidos encaminhamentos.
268 Concedeu a palavra ao Conselheiro Oscar Cordeiro (ANA) para se manifestar sobre os preparativos para
269 a Semana da Água, uma proposição do CNRH que viria sendo realizada desde 2003. O Conselheiro Oscar
270 Cordeiro (ANA) destacou o tema para Semana da Água – 2006, “Água e Cultura”, e ainda, que a ANA,
271 em articulação com a Secretaria de Recursos Hídricos, estaria formando um banco de dados sobre a água
272 na cultura. Disse que tal acervo deveria incluir desde músicas e canções populares, poesias, livros e peças
273 de teatro, até manifestações na escultura, pintura, paisagismo, arquitetura e urbanismo, e que também
274 estariam sendo registradas expressões sobre o tema na língua portuguesa e nas línguas indígenas, bem
275 como no humor, nas tradições religiosas e nos rituais e crenças populares. Portanto, solicitou que os
276 Conselheiros que desejassem contribuir enviassem o material para o seguinte endereço eletrônico:
277 cdoc@ana.gov.br. Informou que o resultado do trabalho seria disponibilizado para todos e apresentado
278 nos eventos associados à 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8) e
279 Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-3), entre os dias 20
280 e 31 de março, em Curitiba-PR. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu ao Conselheiro José
281 Leitão de Albuquerque Filho (Min. da Educação) pela doação, a todos os Conselheiros, do livro
282 “Geografia: O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro – Coleção Explorando o Ensino”. Registrou a carta
283 do Sr. Julio Cerqueira Cesar Neto, Diretor Presidente da Agência da Bacia do Alto Tietê, externando sua
284 satisfação pela realização desta reunião extraordinária do CNRH para aprovação do PNRH. Ressaltou a
285 presença da Drª. Vanessa Hasson de Oliveira, assessora jurídica da Agência da Bacia do Alto Tietê. A
286 Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que fora incumbida pelo Conselheiro Mauro Viegas (Indústria) de
287 transmitir ao Plenário um pedido para que o momento histórico da aprovação do PNRH fosse objeto de
288 ampla divulgação em todos os segmentos da sociedade e do Governo. Manifestou, como representante do
289 Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais, suas congratulações a todos os participantes do
290 processo de elaboração do PNRH. Logo depois, concedeu a palavra ao Sr. Samuel Barreto (WWF-Brasil),
291 que convidou a todos para que visitassem a Exposição Itinerante “Água para a Vida, Água para Todos”,
292 com inauguração prevista para o próximo dia 5 de fevereiro, pelo WWF-Brasil, no Parque do Ibirapuera,
293 São Paulo-SP. Disse que a iniciativa, realizada em parceria com o Grupo HSBC e a Agência Nacional de
294 Água e apoio da Iveco, teria como objetivo levar às crianças e aos jovens informações sobre a questão dos
295 recursos hídricos no Brasil e no mundo, por meio de jogos, brincadeiras e educação ambiental. Informou

que a Exposição permaneceria no Parque do Ibirapuera até o dia 20 de fevereiro, e em São Paulo, até o dia 15 de março. Depois, prosseguiu, prosseguiria para outras 10 cidades nas cinco regiões brasileiras, sendo a próxima Curitiba - PR, coincidindo com a realização da 8ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica. O Sr. Francisco de Assis (Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa) informou que a Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH realizaria eventos durante a Semana da Água, sob o tema do PNRH e seus desafios futuros. Disse ainda que, durante o segundo semestre deste ano de 2006, a ABRH deveria realizar discussões sobre a Lei nº 9.433, de 1997, e seus desafios futuros, considerando os dez anos de sua promulgação em 2007. Por fim, solicitou registro das participações dos Srs. Leomax dos Santos e Oscar de Moraes Cordeiro, ex-presidentes da CTPNRH, seguindo uma tradição da sociedade civil presidir essa importante câmara técnica, que teriam contribuído de maneira extraordinária para a elaboração do PNRH. Citou ainda os Srs. Ednaldo Mesquita Carvalho e Fabiano Chaves da Silva, da Secretaria Executiva do CNRH, que trabalharam como relatores da CTPNRH e documentaram todo o processo de discussão e sua memória, prestando assim, com mérito, uma valiosa colaboração à gestão dos recursos hídricos. O Sr. Manoel Pires Cardoso (CERH-BA) informou que, no dia 27 de dezembro de 2005, o Governador da Bahia, Sr. Paulo Souto, sancionara a Lei nº 9.843, que institucionaliza os comitês de bacia no sistema estadual de recursos hídricos. O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz (Consórcios) parabenizou a todos pela conquista da aprovação do PNRH. Lembrou que durante a XIV Reunião Ordinária do CNRH fora aprovada a Resolução CNRH nº 52, aprovando os mecanismos e os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Em decorrência disso, informou, fora realizado pela ANA um cadastramento dos usuários da bacia, tendo sido cadastrados 100 usuários, sendo prevista para o ano de 2006 uma arrecadação da ordem de 100 milhões de reais. Ressaltou que neste mês de janeiro teriam sido lançados os principais boletos de pagamento, tendo-se verificado que os maiores usuários, como a SABESP, a SANASA e a Rodhia os receberam com satisfação. O Sr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (Comitês) informou que a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, no último dia 12 de dezembro, o Projeto de Lei nº 676, que instituiu a cobrança dos recursos hídricos no âmbito do estado de São Paulo, sendo em seguida sancionada pelo Governador Geraldo Alckmin. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) manifestou seu agradecimento a todos que participaram do processo de realização do PNRH, em especial aos técnicos da Secretaria de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas, os consultores, a todos os setores de governo, configurando a questão da transversalidade proposta pela Ministra Marina Silva, assim como a participação de todos os estados da federação que apoiaram a realização dos seminários regionais. Prosseguiu agradecendo o setor usuário da água, que participava efetivamente do processo de elaboração do PNRH, com presença nas oficinas temáticas e seminários; também a sociedade civil organizada que, sem dúvida alguma, com sua participação teria contribuído com um dos principais objetivos, o desejo de que o processo promovesse o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Destacou o trabalho dos membros das Comissões Executivas Regionais, que garantiram a representatividade de toda a diversidade e visão nacional. Além disso, parabenizou e agradeceu a todas as integrantes das Câmaras Técnicas, que discutiram e colaboraram na construção do PNRH, em especial a CTPNRH, que realizara um trabalho excelente, corroborando para a aprovação do PNRH. Por último, agradeceu os órgãos e empresas que apoiaram e possibilitaram a realização do trabalho de elaboração do PNRH, dentre eles o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobrás e a WWF-Brasil. Ademais, informou que deveria ser providenciado o lançamento do PNRH, possivelmente no início do mês de março, com destaque para sua apresentação nos eventos da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, em Curitiba-PR, e do Fórum Mundial das Águas, no México. Ressaltou que estaria previsto o retorno do PNRH às Comissões Executivas Regionais para verificação dos seus reflexos nas respectivas regiões. **Encerramento** - Por fim, agradeceu a Deus que possibilitou a participação de todos nesse momento histórico da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos para o Brasil. Em seguida, às 18h10, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) deu por encerrada a XVII Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

Ata aprovada na XVIII Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 03 de março de 2006.

Marina Silva

João Bosco Senra

Presidente

Secretário Executivo

351